

Aprovado por unanimidade na reunião da CECT de 02/07/2025,  
registando-se a ausência do PCP, CDS-PP e JPP

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Comissão de Economia e Coesão  
Territorial

Deputado Pedro Coimbra

Assunto: Requerimento para audição do Dr. Manuel Castro Almeida, Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, do Dr. Pedro Dominginhos, Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR e do Dr. Fernando Alfaiate, Presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, sobre o atraso na execução do Plano de Recuperação e Resiliência

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente,

Contradizendo a afirmação proferida no início do mês de junho pelo Sr. Presidente da República, relativamente à execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de que *“está a patinar em muitos casos, a demorar muito tempo”*, sugerindo que o governo defina soluções que se configurem em contratos administrativos com menos burocracia<sup>1</sup>, o atual ministro da Economia e da Coesão Territorial afirmou do debate do programa do XXV Governo Constitucional que essa execução já não está atrasada, afirmando também que a 8.ª tranche será solicitada dentro do prazo previsto, ou seja, até final de 2025.

Sendo uma realidade que a execução do PRR estava atrasada aquando da tomada de posse do anterior governo em abril de 2024, aliás confirmada pelo relatório apresentado este mês pelo Conselho das Finanças Públicas (CFP) relativo à análise à evolução orçamental das Administrações Públicas em 2024, onde se refere que *“decorrido mais de metade do prazo previsto para a implementação do PRR, três quartos do plano não tem execução orçamental”*, ou seja, até dezembro de 2024 foram apenas executados apenas 5.457 milhões de euros, que representa 24,6% do total do plano de 22,2 mil milhões<sup>2</sup>, o atual ministro da Economia e da Coesão Territorial indicou que já foram tomadas várias medidas para recuperar os atrasos, explicitando que *“O 7.º pedido de pagamento está pronto a ser apresentado. Aguarda apenas pela aprovação do 6.º pedido, que deve acontecer nas próximas semanas. Ou seja, o PRR não está atrasado. Esteve, mas já não está”*.

<sup>1</sup> [Marcelo avisa: PRR "está a patinar" e reforma do Estado é missão "muito difícil" - Renascença](#)

<sup>2</sup> [Evolução Orçamental das Administrações Públicas em 2024](#)

Se a prioridade, como afirma o ministro, é de haver foco “em discutir a qualidade dos investimentos e os seus resultados em lugar da discussão sobre alegados atrasos”, não deixa de ser preocupante o plasmado no Relatório do 1.º semestre de 2025 da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) do PRR<sup>3</sup>, ou seja, que 20% das medidas estão em estado crítico e 13% em estado preocupante, com destaque para as áreas da habitação, saúde e digitalização de empresas, para além de se concluir que 35% dos 119 investimentos ou medidas analisados pela CNA necessitam de acompanhamento.

Em síntese, este relatório identifica que a cerca de ano e meio para a conclusão do PRR, a situação agravou-se face ao indicado no relatório anterior, havendo acréscimos de investimentos em estado crítico, ao passar de 8% para 20%, assim como necessidade de acompanhamento, passando de 25% para 35%, para além se registar uma redução de 33% para 24% no respeitante a investimentos menos alinhados com o planeamento, ainda que tenham sido feitas reprogramações e projetos que só têm metas incluídas no 9.º e 10.º tranches de pagamento.<sup>4</sup>

Por sua vez, a última monitorização elaborada pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, identifica que até ao início de junho de 2025, foram pagos 8 mil milhões de euros, ou seja, 39% de execução dos 22,2 mil milhões de euros que Portugal dispõe até ao final de 2025<sup>5</sup>, sendo que os fundos para a transição energética com apenas 9% de execução, assim como os destinados à mobilidade sustentável (18%), à gestão hídrica (19%) e à saúde (20%), são os que têm o maior atraso. No respeitante aos destinatários das verbas, as autarquias e áreas metropolitanas têm a execução mais baixa (24%)<sup>6</sup>, seguidas pelas empresas públicas (29%).<sup>7</sup>

Pelo exposto, consideramos prioritário que haja um esclarecimento claro e inequívoco por parte do Governo e pelas entidades envolvidas na execução do PRR, pois em contraponto com as afirmações otimistas do governo de que “Portugal não vai perder um euro de subvenções”, que correspondem a 16,3 mil milhões de euros, os últimos relatórios da Comissão Nacional de Acompanhamento e da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, apontam para cenários pessimistas, que advêm em larga medida dos constantes constrangimentos nas plataformas informáticas, na demora das análises aos

---

<sup>3</sup> [Relatorio-1\\_2025-CNAPRR.pdf](#)

<sup>4</sup> [Quase 35% dos investimentos do PRR estão em estado “crítico e preocupante” – ECO](#)

<sup>5</sup> [Monitorização - Relatórios de monitorização - Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal](#)

<sup>6</sup> [Municípios têm projetos do PRR com atrasos irremediáveis – ECO](#)

<sup>7</sup> [Transição energética, saúde e transportes atrasam PRR](#)

pedidos de pagamento e inerentes licenciamentos, assim aos concursos públicos desertos e à conhecida falta de mão-de-obra no setor da construção civil, tendo aliás o estudo do Banco de Portugal apresentado em outubro de 2024, já referenciado que o atraso preocupa e pode agravar-se ainda mais, caso não se tomem medidas pois *“à medida que os pedidos de tranches avançam, o número de metas é mais expressivo, especialmente a partir da 9.ª tranche, tornando o cumprimento mais exigente”*.<sup>8</sup>

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer audição em comissão do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, do Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR e do Presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, sobre o atraso na execução do Plano de Recuperação e Resiliência

Palácio de S. Bento, 26 de junho de 2025

O Deputado do GPCH,

Filipe Melo

---

<sup>8</sup> [Portugal está muito atrasado no PRR, é dos piores da Europa e situação pode agravar-se ainda mais](#)